



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ACTA N.º 21/XI/2.ª**

Aos vinte dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, pelas quinze horas e quarenta minutos, reuniu, na Sala 6 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a seguinte ordem de trabalhos:

**15:00 Horas**

- 1- Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2- Admissão e distribuição de petições;**
- 3- Apreciação do relatório da participação da Assembleia da República na Reunião Interparlamentar organizada pela Comissão de Assuntos Constitucionais (AFCO) do Parlamento Europeu com as Comissões correspondentes dos Parlamntos Nacionais da União Europeia - Bruxelas, 30 de Setembro de 2010 - Relator: Deputado António Filipe (PCP);**
- 4- Apreciação e votação de relatórios de iniciativas europeias;**
- 5- Apreciação e votação de relatórios de petições;**
- 6- Outros assuntos.**

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes da folha de presenças em anexo.

No primeiro ponto da ordem de trabalhos, foi distribuída a seguinte iniciativa legislativa:

- Proposta de Lei n.º 45/XI/2.ª (GOV) – *“Altera os Estatutos dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público em matéria de aposentação, reforma e jubilação, define as condições de atribuição do suplemento de fixação e do novo suplemento que substitui o subsídio de compensação e altera os respectivos regimes de substituição e acumulação”* – de que foi nomeado Relator o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD).



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Não havendo petições a admitir, foi adiado o 3.º ponto da ordem de trabalhos, a pedido do Grupo Parlamentar do PCP.

No quarto ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas europeias:

- *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que cria um mecanismo de avaliação para verificar a aplicação do acervo de Schengen [COM (2010) 624 final]* que, após apresentação pela respectiva Relatora, Senhora Deputada Celeste Correia (PS), foi aprovado com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP e PCP, com abstenção do BE, registando-se a ausência do PEV;

- *Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à lista dos documentos de viagem que permitem a passagem das fronteiras externas e nos quais podem ser apostos vistos e à criação de um mecanismo para elaborar essa lista [COM (2010) 662 final]* que, após apresentação pelo respectivo Relator, Senhor Deputado Nuno Magalhães (CDS/PP), foi aprovado com os votos a favor do PS, PSD, CDS-PP e PCP, com abstenção do BE, registando-se a ausência do PEV.



Não havendo relatórios de petições a apreciar, o Senhor Presidente da Comissão contestou notícias recentes sobre alegados atrasos na discussão e votação na Assembleia da República das iniciativas legislativas de alteração das Leis eleitorais (PPL n.º 35/XI e PJI n.º 405/XI), recordando a cronologia da sua tramitação, que obedeceu à máxima celeridade possível.

O Senhor Presidente sublinhou ainda a necessidade de iniciar e concluir a actividade do grupo de trabalho de apreciação da Proposta de Lei n.º 32/XI - *criação de Tribunais de competência especializada*.



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Foram ainda distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

<p>COM (2010) 755 - Proposta de Decisão do Conselho relativa à conclusão da Convenção Europeia sobre a Protecção Jurídica dos Serviços que se Baseiem ou Consistam num Acesso Condicional</p> <p> COM_2010_755_PT_ ACTE_f.pdf</p>	<p><b>Para conhecimento e eventual pronúncia da CACDLG e da CESC</b></p> <p><b>Designada competente a CNCP – 2.ª Comissão</b></p> <p><b>Deputado Ricardo Rodrigues (PS)</b></p>
<p>COM (2010) 747 - LIVRO VERDE: Reduzir os trâmites administrativos para os cidadãos: Promover a livre circulação dos documentos públicos e o reconhecimento dos efeitos dos actos de registo civil</p> <p> COM_2010_747_PT_ ACTE_f.pdf</p>	<p><b>Deputado João Oliveira (PCP)</b></p>

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às dezasseis horas e quinze minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

  
**(Osvaldo de Castro)**

**Nota: Aprovada em 12-01-2011**



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Peixoto  
Celeste Correia  
Fernando Negrão  
Filipe Lobo D' Ávila  
Filipe Neto Brandão  
Helena Pinto  
Hugo Velosa  
Isabel Oneto  
Luís Montenegro  
Luís Pita Ameixa  
Maria do Rosário Carneiro  
Maria Manuela Augusto  
Nuno Magalhães  
Osvaldo de Castro  
Ricardo Rodrigues  
Teresa Morais  
João Oliveira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Miguel Vale Almeida

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro  
Jorge Bacelar Gouveia

Justificaram a falta os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe  
António Montalvão Machado  
Francisca Almeida  
José Luís Ferreira